

Uma reflexão sobre os cavaleiros mortos na tomada de Tavira, por D. Paio Peres Correia

A visitação realizada a 17 de Janeiro de 1518, por D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, acompanhado pelo licenciado Francisco Barradas, seu chanceler e da Ordem e por Mendo Afonso, prior da igreja de Santa Maria de Setúbal, à igreja de Santa Maria de Tavira regista que, na ombreira da capela-mor está um altar dos Mártires que morreram na conquista de Tavira, levada a cabo por D. Paio Peres Correia, que então havia mandado construir um túmulo colectivo, decorado com sete escudos com a cruz e vieiras de Santiago, pintadas com as cores da Ordem.

Durante o século XVI foram realizadas várias visitas à igreja de Tavira¹ onde o episódio “heróico” é referido em pelo menos duas situações. Vejamos esses dois textos para, sobre eles, reflectirmos sobre o que efectivamente terá acontecido no ano de 1242², nas terras algarvias.

Em 1518, Diogo Coelho, escrivão da visitação deixou registado: “e na ombreira da capela moor estaa hum altar dos Martires em hum moymento com sete escudos de fora, os quaees Martires sam hum comendador moor da nossa Ordem de Santiaguo com cimquo cavaleiros da dita Ordem e hum mercador que morreram todos juntos polla Fee de Nosso Snor, com cuja morte de ganhou esta cidade de Tavilla aos mouros que ha emtam tinham”³.

Na visitação levada a efeito a 24 de Abril de 1565, por D. Rodrigo de Meneses, fidalgo da casa do rei, comendador de Cacela e da igreja de S. Salvador de Santarém, e membro do Conselho dos Treze, juntamente com João Fernandes Barregão, prior da igreja de Nossa Senhora de Alcácer do Sal, eleitos no Capítulo Geral da Ordem, realizado em Lisboa, o escrivão da visitação – Filipe Rodrigues – foi mais discreto na apreciação daquilo que viu⁴: “no altar em que estão os Martires Cavaleiros que forão da Ordem”,

¹ CAVACO, Hugo – “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio. (Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve). Vila Real de Santo António, MCMLVII.

² BARROCA, Mário Jorge – «História das campanhas». In *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coord. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 60.

³ Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve 1517-1518. Suplemento da Revista al – ‘ulyã, nº 5. Câmara Municipal de Loulé, 1996, p. 186. Texto transcrito pelo Dr. Fernando Calapez; CAVACO, Hugo – “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio, p. 66-67.

⁴ CAVACO, Hugo – “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio, p. 362.

mnemónica demasiado lacónica de um feito heróico de grande dimensão, comumente aceite pela Ordem e pela memória deixada pelo cronista Rui de Pina, tanto mais que o texto da visitação, a cargo do Mestre, no primeiro quartel de Quinhentos, deixa registado que o povo tem grande devoção pelos mártires e faz uma procissão solene no dia de S. Barnabé⁵. É em torno desta questão – a martirização de sete elementos que a Ordem de Santiago guarda na memória dos textos escritos e na epigrafia – que trazemos a estas Jornadas uma reflexão centrada em torno de uma façanha ou conjunto de façanhas onde se entrecruzam múltiplos aspectos, entre cristãos e mouros, entre a guerra e as tréguas, entre a caça e o descanso, entre a confiança e a desconfiança, entre dois pólos diametralmente opostos, sobre o relato da conquista de Tavira que contém alguns matizes que importa salientar.

Como sabemos, o aproximar do fim da saga reconquistadora do território, deve-se, em última análise, ao esforço dos cavaleiros da Ordem de Santiago⁶, isto é, a retoma do Algarve é uma empresa de origem peninsular, como muito bem percebeu D. Dinis e, daí a necessidade de pôr cobro, de forma definitiva, às reivindicações castelhanas, sobre um território que apenas era o prolongamento “natural” do então reino de Portugal, ou seja, o reino do Algarve que não podia ter dois senhores em simultâneo. Esta constatação parece ter estado presente no acordo alcançado já em 1267.⁷ As reivindicações de Afonso X⁸, ao pleno exercício senhorial, não podiam ser aceites pelo monarca português assim como a indefinição de fronteiras políticas, mentais e geográficas, levando D. Dinis a ocupar várias terras (Serpa, Moura, Aroche e Aracena) para poder pressionar o monarca castelhano⁹. O acordo efectuado em 1297 viria a estabelecer os direitos e o domínio de um território onde, para ser alcançado, correu sangue de cristãos portugueses e de castelhanos que comungavam de um mesmo ideal: submeter os mouros e estender o báculo até à última língua de terra algarvia. Mas no mesmo tabuleiro político, certamente que se escondia outro tipo de intencionalidades.

A monarquia portuguesa, sozinha, não teria conseguido este desiderato. Os cavaleiros espatários, comandados por um mestre português, dependiam de um soberano castelhano. As suas acções militares eram, para todos os efeitos, um serviço prestado à causa do rei protector, mesmo que, em sede de reivindicação político-militar, a visibilidade desta argumentação

⁵ CAVACO, Hugo – “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio, p. 92.

⁶ MARQUES, José – «Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III». In *Actas das Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Loulé: CML/Universidade do Algarve, 1987, p. 107.

⁷ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – «As etapas de crescimento do Reino». In *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e de Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 49-50.

⁸ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – «As etapas de crescimento do Reino», p. 49.

⁹ MORENO, Humberto Baquero – «As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350): o Tratado de Alcañices». In *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto. História, II série, vol. XV-1: Porto, 1998, p. 463.

permanecesse encapotada, cuja visibilidade ocorria quando a intromissão do monarca vizinho se interpunha à vontade do monarca português¹⁰.

A guerra que assistimos entre cristãos e mouros é, nesta altura, a “guerra de desgaste”¹¹, das incursões, dos ataques repentinos, das ciladas nos desfila-deiros, na sombra das encostas, na escuridão dos vales, no cair da noite sobre uma localidade já meio adormecida, onde os guerreiros despreocupados não estariam à espera de qualquer tipo de acção militar. A Ordem de Santiago, pelo testemunho do cronista, utilizou este tipo de acções na geografia algarvia, mas os cavaleiros avisados e experimentados, também foram surpreendidos por ataques esporádicos mas consequentes, provocados pelo inimigo, considerado antecipadamente vencido. A arte da guerra, nesta época e nesta geografia, não tem um segmento militar que se possa delinear numa única perspectiva.

Parecia inevitável que o Algarve muito em breve cairia nas mãos dos cristãos. A resistência consignava-se a um compasso de espera, a um período mais ou menos longo de “desgaste”. Foi o que aconteceu com o assalto a Tavira.

Favorecido pela conjuntura política (querelas entre os mouros algarvios), o Mestre D. Paio Peres Correia decide partir à conquista do reino do Algarve. A Ordem era o baluarte militar mais avançado do território de Portugal, pois nesta altura estava sediada em Mértola, ponto de observação importante numa linha de fronteira oscilante, num espaço amplo de contornos pouco claros e dependentes das pressões provocadas por cada uma das partes.

A D. Paio Peres Correia coloca-se então o obstáculo que tantas vezes surge a um comandante militar: o desconhecimento dos trilhos e dos caminhos para alcançar o inimigo. É por isso que o mestre espatário recorre ao serviço de um mercador, o homem que conhece todo o tipo de vias de penetração num território inóspito. Desta forma, à arte da guerra associa-se o exercício da espionagem activa e intencional ou meramente informativa. A fronteira metodológica não carece, neste caso, de grandes distinções. O Mestre é “um boom Cavalleyro e catholico guerreyro”¹², já favorecido pela “vontade de Deus”¹³, e o mercador Garcia Rodrigues tinha “bom espírito”¹⁴. Não há dúvida que nesta situação a máxima pela qual “as partes influenciam o todo” se aplica aqui de uma de forma notável.

¹⁰ Por exemplo com a nomeação do bispo D. Fr. Roberto, para a diocese de Silves, por Afonso X, levando o monarca português a protestar, junto da Santa Sé, em 1254.

¹¹ GARCIA FITZ, Francisco – «¿Hubo estratégia en la Edad Media? A propósito de las relaciones Castelhana-Musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII». In *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto. História, II série, vol. XV-1: Porto, 1998, p. 844.

¹² «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1977, p. 178.

¹³ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 178.

¹⁴ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 178.

Podemos perguntar como teria o Mestre conhecido o mercador e que tipo de relações havia entre a arte de comprar e de vender mercadorias e a arte da guerra propriamente dita. A resposta, não sendo fácil, poderá conhecer alguns dos seus contornos ao longo desta curta exposição.

Para acertar a estratégia¹⁵ a trilhar, D. Paio Peres Correia aconselha-se com Garcia Rodrigues, em segredo, sobre a rota a seguir, para facilmente chegar a Tavira, o coração político do Algarve. Este viajante, entre cristãos e mouros, não se limitava apenas a vender e a comprar. Neste caso, mais importante do que contar moedas, discutir preços, controlar quantidades de tecidos ou de outros bens legalmente transaccionáveis entre mouros e cristãos, Garcia Rodrigues era um ouvinte atento e um observador astuto e, por isso, informou o Mestre que o momento era propício, porque as disputas intestinas entre os mouros favorecia um ataque a Tavira, antecipando-se assim, e naquele dia, o sabor de uma vitória que ainda iria fazer correr muito sangue espatário.

O encorajamento dado por Garcia Rodrigues a D. Paio Peres Correia, mostra que havia um espírito de convívência e uma confiança exagerada se estivermos a falar de duas personalidades diferentes, isto é, um combate e o outro compra e vende, sem qualquer ligação entre eles. Mas se mercador e militar, se viajante e cavaleiro estiverem reunidos na mesma pessoa será, que, confiar cegamente nas mãos de um mercador, o destino de uma milícia é uma atitude irreflectida de um mestre espatário?

Aceite o conselho do “mercador”, o Mestre enviou vários batedores para fazer o reconhecimento do percurso, tendo estes cavaleiros partido de Aljustrel, seguindo o caminho de Torre de Ourique até chegarem à Torre de Estombar, local que não ofereceu resistência aos cristãos. A notícia enviada ao Mestre encorajou-o, e este imediatamente ordenou aos cavaleiros que estavam na sua companhia que se aprantassem para se juntarem àqueles que haviam tomado a Torre de Estombar, seguindo em direcção a Alvor, praça charneira entre Silves e Lagos, criando graves transtornos entre os mouros, inviabilizando a possibilidade da criação de um forte contingente militar, para barrar o caminho aos cristãos, demasiadamente confiantes numa vitória que se afigurava uma empresa fácil. De certa forma, os procedimentos que a teoria da arte da guerra aconselha foram seguidos pelo Mestre¹⁶.

Para obstar o avanço da milícia agressora, os mouros, conscientes da gravidade da situação, propõem a D. Paio um escambo, pelo qual a Ordem recebia a vila de Cacula “que era mais no fim da terra”¹⁷, pelos lugares recém ocupados pela milícia. Ponderado devidamente este negócio militar, o Mestre

¹⁵ ARVIZU, Fernando de – «La Cabellaría como classe social y como forma de vida». In *Estudios sobre ejército, política y derecho en España (Siglos XIII-XX)*, coord. Javier Alvarado Planos y Regina M.ª Pérez Marcos: Madrid, 1996, p.19.

¹⁶ LIDDELLI HART, Basil H. – *La estrategia de aproximacion indirecta. Las guerras decisivas de la Historia*. Barcelona, 1946, p. 97.

¹⁷ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 178.

aceitou a proposta por considerar Cacela “um lugar forte e bom”¹⁸, certamente mais propício aos desígnios da Ordem, isto é, correspondia a “um projecto anterior”¹⁹, conducente à submissão incondicional deste território.

No entanto, face à ameaça espatária e à determinação visível do Mestre em conquistar todo o Algarve, os mouros, da discórdia interna passaram à concórdia global e esqueceram as suas rivalidades políticas, para se juntarem num esforço conjunto com o objectivo de derrotarem a Ordem e evitarem a queda política do domínio árabe no Algarve.

O experimentado comandante militar português parece não ter percebido o verdadeiro alcance da troca territorial que havia feito com os mouros. Esta medida, pelo desenrolar dos acontecimentos, contribuiu para unir os árabes, numa derradeira tentativa para travar o avanço do Mestre sobre Tavira.

Mais prudente que o espatário, o mouro aproxima-se para observar a movimentação cristã, e apercebe-se que os cavaleiros da Ordem de Santiago são em número reduzido, podendo facilmente serem derrotados. A descoberta dos espões inimigos levou o Mestre a fazer mais uma incursão militar, em Fonte do Bispo, mas encontrou uma resistência feroz, onde a vitória durante muito tempo “esteve em balança”²⁰, como observa o cronista.

Para bem dos cavaleiros cristãos, os mouros não aguentaram a pressão militar e refugiaram-se no lugar do Furadouro. É notório o cansaço e o desgaste dos espatários que não têm força suficiente para perseguir os seus opositores.

Entra-se, assim, num outra fase da guerra de desgaste. O poder político de Tavira, ao fazer uma avaliação da situação, concluiu que os cristãos menosprezavam os árabes, por considerá-los fracos, e esse era o motivo porque sempre foram derrotados. Num derradeiro esforço apelaram ao desejo de “vingança”²¹ para expulsar os cristãos de uma terra que diziam pertencer-lhes.

As reuniões havidas entre Abenfalula e os seus pares passaram à margem do Mestre da milícia. Desta vez, Garcia Rodrigues não trouxe as informações que alertassem D. Paio das intenções dos rivais árabes. No entanto, o mercador continuava a sua tarefa e não estaria muito longe da área onde tudo estava a ser decidido.

No regresso a Cacela, seguindo o caminho de Almargem, o Mestre foi surpreendido pelos mouros, tanto mais que não trazia consigo toda a hoste, pois sabemos que uma parte ficou em Castro Marim²².

¹⁸ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 179.

¹⁹ LADERO QUESADA, Miguel-Rangel – «Reconquista y definiciones de frontera». In *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto. História, II série, vol. XV-1: Porto, 1998, p. 658.

²⁰ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 179-180.

²¹ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 182.

²² «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 178.

Os mouros seguem de perto o movimento espatário e, no lugar do Salto, surge uma nova cilada contra D. Paio. Estes tomam a iniciativa e provocam mais um desgaste militar obrigando os cavaleiros a fugirem para o monte do Cabeço de Pai Correia²³, lugar fortificado, para daí poderem ripostar contra os mouros.

Como refere o cronista Rui de Pina, os cavaleiros “estavam em mortal perigo”²⁴. Os mouros estavam confiantes numa vitória. O cerco era agora a estratégia para derrotar D. Paio Peres Correia. A esperança dos sitiados desvaneceu-se porque, ao que tudo indica, a população estava do lado cristão. O cerco foi levantado e o Mestre regressou ao fiel acampamento de Cacela.

Perante um cenário de guerra contínuo e com um fim previsível, os mouros de Tavira procuram, pela via da negociação, obter um período de tréguas, que lhes permitisse proceder à recolha dos cereais, dos frutos e da sua conservação, mas num cenário diferente daquele que normalmente acontece nestas situações²⁵, uma vez que a iniciativa não parte do agressor. As tréguas propostas decorreriam desde os inícios do mês de Junho até ao fim do mês de Setembro²⁶. O Mestre aceitou. Era notório que este tipo de guerra havia trazido o cansaço aos espatários. Nestas circunstâncias, uma pausa no teatro militar foi bem recebida.

Do nosso ponto de vista, o Mestre não compreendeu ou não reflectiu suficientemente sobre as vantagens e os inconvenientes desta atitude. Se é certo que a hoste espatária precisava de algum tempo para renovar as suas forças, de se apetrechar militarmente, de cuidar dos feridos em combate, também parece inequívoco que as consequências podiam ter conduzido ao alargamento temporal da guerra. Ao permitir que o inimigo fizesse as suas colheitas em paz, não percebeu que a intenção seria talvez, a de aguentar um cerco prolongado, para o qual os espatários não tinham condições logísticas se optassem por sitiar Tavira. Se se verificasse esta hipótese, certamente que a chegada do Outono/Inverno faria com que a eventual tomada da vila só tivesse lugar no ano seguinte²⁷.

Uma vez que a proposta apresentada é aceite pelo Mestre, a tomada de Tavira ficou adiada e as consequências de confiar demasiadamente num inimigo conhecido foram catastróficas para a milícia.

²³ BARROCA, Mário Jorge – «História das conquistas», p. 60.

²⁴ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 181.

²⁵ BARBOSA, Pedro Gomes – «Organização defensiva na fronteira Beirã Oriental “Extremadura” e Riba Côa até ao século XIII». In *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto. História, II série, vol. XV-1. Porto, 1998, p. 208.

²⁶ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 181.

²⁷ Como observa João Gouveia Monteiro, a interrupção das campanhas militares no tempo medieval podia ocorrer por diversas razões, nomeadamente, o Inverno ou por acordos de tréguas – «Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval». Sep. das *Actas do V Colóquio “Do Infante e Tordesilhas”*, 1994, p. 4.

Aproveitando este período de respeito mútuo e a pausa nas hostilidades, D. Pedro Rodrigues, comendador-mor da Ordem, que estava com os seus companheiros de armas, convida vários cavaleiros para caçar, no lugar de Antas, a três léguas de Tavira, como forma de se “desenfadarem”²⁸.

Desta vez, o Mestre foi mais prudente e cauteloso, e não encorajou a saída, porque, como diz o cronista, D. Paio fez uma descrição correcta dos mouros: “homens sem fee e sem verdade”²⁹, exortando o comendador-mor que iria “à caça de paz, e de guerra”³⁰ e que isto poderia custar à Ordem “muy caro”³¹. Apesar da insistência do supremo chefe da milícia, prevaleceu a “dimensão lúdica”³² da guerra.

A obstinação do comendador-mor prevaleceu sobre as recomendações do Mestre e, juntamente com outros cinco cavaleiros, partiu para o lugar de Antas, caçando num ambiente descontraído, não suspeitando que as palavras “proféticas” do seu mestre iriam fatalmente abater-se sobre ele e os cavaleiros incautos.

O simples facto destes seis espatários passarem pelo terreno do outro, provoca uma reacção negativa, considerando o mouro que este desprendimento é um sinal de profundo desprezo. Com este procedimento, os cristãos humilham de forma consciente ou inconsciente o inimigo em tempo de tréguas e fazem-no “tão seguros como se fossemos [os árabes] bestas, e eles [cristãos] senhores da nossa vila”³³.

Esta provocação levou os mouros a responderem pela força. Era a sua auto-estima que estava em jogo. O período de tréguas afinal não correspondia apenas a um interregno militar, a um adiamento do recomeço das hostilidades. Para o árabe, o simples facto de um cavaleiro não respeitar a “fronteira intermitente” era um sinal de humilhação, mesmo tratando-se de “cavaleiros-caçadores”.

O desenlace adivinha-se. A sorte dos espatários é depositada unicamente em Deus. Não há qualquer referência a Santiago *Matamouros*. Os seis cavaleiros apercebem-se da desvantagem numérica mas ainda têm tempo para enviar ao Mestre um mensageiro, pedindo socorro. O mercador Garcia Rodrigues não foi o enviado porque este estava por perto e, perante o cenário, resolveu despedir-se dos seus auxiliares da saga mercantil e foi juntar-se aos espatários.

²⁸ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 181.

²⁹ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 182.

³⁰ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 182.

³¹ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 182.

³² MONTEIRO, João Gouveia – «Torneos, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no ocidente medieval», p. 2.

³³ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 182.

Mais uma reflexão importa registar. Será que estamos em presença de um mercador que de repente se torna um militar? Sem cavalo, seria um peão, mas o destino que lhe estava reservado foi o mesmo.

Num acto de bravura, Garcia Rodrigues junta-se aos seis cavaleiros que se defendiam atrás de um palanque improvisado. Como D. Paio Peres Correia previra, o comendador-mor e os que estavam com ele foram à “caça de guerra” e a guerra atraiu a morte. Estes seis cavaleiros e o “mercador-guerreiro” morreram “ao serviço de Deus”.

O pedido de socorro chega a Cacela onde se encontra o Mestre. O chefe da milícia parte de imediato em auxílio dos companheiros encurralados no lugar de Antas. No “campo de batalha” jazem os corpos e os hábitos de Santiago.

A ira apodera-se do Mestre. A vingança era o último “estado de recompensa”.

O trilho dos mouros fugitivos conduziu D. Paio Peres Correia às portas de Tavira. Não há propriamente uma batalha, mas uma busca desenfreada dos mouros que directa ou indirectamente chacinaram o comendador-mor e os que com ele estavam.

Já senhor de Tavira, D. Paio mandou consagrar a mesquita em igreja da invocação de Santa Maria (de Tavira), ordenando a construção de um túmulo colectivo onde foram depositados os restos mortais dos sete “mártires”, porque seis foram caçar e o outro, meio mercador, meio espião, também morreu ao serviço da Ordem, em terra de mouros. Os seus nomes estão perpetuados na igreja de Santa Maria de Tavira, cujo epitáfio gravado na pedra diz o seguinte: “*Aqui jazem os ossos dos sete cavaleiros que falecerão na tomada desta cidade aos mouros em 11 de Junho de 1242*”³⁴. A confusão entre caçar em tempo de tréguas e tomar uma praça pelas armas, para os autores da inscrição epigráfica ou o mandante do epitáfio é, na letra e no espírito a mesma coisa.

A aventura e o excesso de confiança conduziram à morte inglória – porque não participaram na tomada de Tavira – ao contrário do que pretende a memória da Ordem embora tivessem provocado a sua antecipação – de Pedro Rodrigues, comendador-mor, Mem do Vale, Durão Vaz, Álvaro, Garcia, Estêvão Vaz, Beltrão de Caia e ao mercador Garcia Rodrigues³⁵.

³⁴ CAVACO, Hugo – “Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio, p. 91.

³⁵ «Coronica delrey D. Affonso III». In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 184.